



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



DIVISÃO DE GESTÃO DE MATERIAIS - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTUDOS PRELIMINARES nº 3329432/2026/DIVISÃO DE GESTÃO DE MATERIAIS - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

São José dos Campos, 13 de abril de 2026.

Estudos Técnicos Preliminares

Aquisição de bens e contratação de serviços e obras

(Lei nº 14.133 de 2021, art. 18, §§ 1º, 2º e 3º e

Instrução Normativa SEGES nº 58 de 8 de agosto de 2022)

Observações à equipe de planejamento da contratação:

1. Os trechos destacados em vermelho e/ou itálico neste modelo de documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme o caso.
2. Este modelo foi elaborado com base na IN nº 58/2022 e nas orientações do sistema ETP Digital relativas a aquisições e serviços.
3. Conforme disposto no § 1º do art. 9º da IN nº 58/2022, "O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas."

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, de natureza contínua, de gestão de abastecimento de veículos, gerador de energia e equipamentos de jardinagem (roçadeiras), através de sistema operado via internet, incluindo cartões com chip para utilização em rede de estabelecimentos credenciados, para o fornecimento de combustíveis e óleo lubrificante.

Número do Processo SEI: 23089.002442/2026-19

Área requisitante: Direção Administrativa

Servidor(a) responsável: Debora Nunes Lisboa

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Universidade Federal de São Paulo – Campus São José dos Campos necessita assegurar a continuidade dos serviços de gestão de abastecimento de veículos, gerador de energia e equipamentos de jardinagem (roçadeiras). Tais serviços são imprescindíveis para garantir a plena operacionalidade da frota oficial, do gerador de energia e dos equipamentos de jardinagem, recursos essenciais ao funcionamento do campus e ao cumprimento de sua missão institucional.

A contratação desses serviços visa proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assegurando o abastecimento contínuo dos veículos oficiais, dos geradores de energia e dos equipamentos de jardinagem (roçadeiras). Dessa forma, viabiliza-se o atendimento das demandas operacionais de transporte de servidores, discentes, documentos, suprimentos, mobiliário e equipamentos, entre outros.

A principal missão das atividades de apoio é suprir os órgãos e entidades da Administração Pública com os recursos que lhe faltam para a operacionalização integral de suas atividades finalísticas, de forma contínua, eficiente e eficaz, de modo que para atingir tal objetivo é necessária uma estrutura que execute atividades que, embora auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento do órgão.

Opta-se pela contratação de empresa disposta de rede credenciada tendo em vista a necessidade de a Contratante abastecer os veículos em localidades distintas, visto que a existência de um único local, ou locais parcialmente distribuídos, inviabilizaria grande parte de sua operação.

Outro motivo relevante para tal contratação reside no fato do modelo proporcionar um rigoroso controle sobre os abastecimentos, fornecendo indicadores sobre o consumo dos veículos, proporcionando a priorização daqueles com melhor relação de quilômetro rodado por litro de combustível, visando à economicidade.

Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

Este serviço é necessidade perene do Poder Público, uma vez paralisada ela tende a acarretar danos não só à Administração, como também à população atendida pelos serviços proporcionados pela UNIFESP. Trata-se de atividade que influencia diretamente na boa execução das funções da instituição e sua interrupção pode afetar o atingimento do objetivo institucional.

Diante de todo o exposto, elaborou-se o presente instrumento, no qual são demonstrados os elementos essenciais e a análise de viabilidade da contratação para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

Endereço das unidades

Parque Tecnológico Av. Cesare Mansueto Giulio Lattes, 1201 – Eugênio de Melo – São José dos Campos – SP – CEP 12247-014

Talim Rua Talim, 330 – Vila Nair – São José dos Campos – SP – CEP 12231-280

Cidade Jardim Avenida Cidade Jardim, 575 – Jardim Satélite – São José dos Campos – SP – CEP 12230-000

Com relação à execução indireta dos serviços, prevê o Decreto 9.507/2018:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado."

Nesse sentido, considerando que a solução pretendida enquadra-se no parágrafo 1º do art. 3º do Decreto supracitado, entende-se que a prestação dos respectivos serviços pode ser executada de forma indireta.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) Qual o normativo e legislação específicos a serem observados na contratação e na execução do contrato?

Para a correta execução contratual devem ser cumpridos os normativos:

- Lei 14.133/2021;
- Instrução Normativa SEGES 5/2021;
- Instrumentos regulatórios emitidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
- Portaria INMETRO Nº 227 DE 26/05/2022, alterada pela Portaria INMETRO Nº 170 DE 27/03/2025;
- Demais normas pertinentes à contratação.

b) Qual a duração inicial do contrato, se aplicável?

O contrato terá duração inicial de 36 meses, sendo possível a prorrogação sucessiva pelo período de até 10 anos, de acordo com o Art. 107 da Lei 14.133/21.

A justificativa para o prazo da vigência contratual deve à essencialidade dos serviços pretendidos, indispensáveis para o adequado funcionamento do Campus. E conforme previsão da alínea XXII do art. 2º da Portaria Reitoria 832/2025 ("XXII - Gestão de cartão combustível"), os serviços em questão são considerados como de natureza contínua.

A adoção da vigência plurianual para o presente objeto justifica-se pela busca da eficiência administrativa e da economicidade processual, pautada nos seguintes fundamentos:

- Essencialidade dos Serviços: A interrupção dos serviços de gestão de cartão combustível comprometeria significativamente as operações do Campus, incluindo:
 - O transporte de alunos, professores e funcionários;
 - A realização de atividades acadêmicas e administrativas que dependem de deslocamento;
 - Garantir o bom funcionamento do Campus, através do abastecimento dos geradores de energia, preservando equipamentos sensíveis, sujeitos a danos por queda repentina de energia, garantindo a vida útil dos bens patrimoniais disponibilizados para a universidade.
 - A segurança e a eficiência operacional do Campus.
- A essencialidade desses serviços está alinhada com o art. 15 da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, que define serviços contínuos como aqueles indispensáveis para o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade.

Ademais, a justificativa para a vigência plurianual é a reduzida força de trabalho do Campus, sendo a dotação da vigência plurianual vantajosa, uma vez que pode gerar ganho de eficiência e economia de horas trabalhadas pelos servidores das áreas de gestão de materiais no planejamento e licitação, da fiscalização técnica e administrativa nos documentos e trâmites processuais com a renovação do contrato.

Previsão legal

Lei 14.133/2021

"Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data."

Ainda, adotando-se como subsídio o parecer referencial nº 0001/2023/NLC/ETRLI/PGF/AGU emitido a pedido da UFRGS, trecho abaixo:

"...O administrador, todavia, está adstrito as normas de direito financeiro; portanto, não deve se descuidar do dever legal (Lei 14.133, de 2021, Art. 106, inciso II) de atestar a existência de créditos orçamentários, a cada exercício financeiro subsequente à contratação, para suportar as despesas decorrentes da contratação plurianual. Exigência imposta, igualmente, pelo Arrt. 60 e 61 da Lei 4.320, de 17 de março de 1.964)".

Diante disso, a cada início de exercício financeiro a Divisão de Contratos do campus deverá informar à Direção Administrativa o saldo de contrato para que seja providenciada a solicitação de indicação orçamentária vinculada ao contrato de acordo com o exercício corrente.

c) Há critério de sustentabilidade para ser incluído, conforme a [Instrução Normativa SEGES nº 1/2010](#), o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU](#) e demais normas e orientações vigentes?

Sim. Nos termos da Instrução Normativa SEGES nº 1/2010, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e da Lei nº 14.133/2021, foram identificados critérios de sustentabilidade aplicáveis à contratação.

Considerando a natureza do objeto, tais critérios incidem principalmente de forma indireta, incluindo: conformidade com normas ambientais, priorização de combustíveis menos poluentes (quando viável), regularidade ambiental dos fornecedores e destinação adequada de resíduos, especialmente de óleo lubrificante.

Especificamente em relação ao Guia nacional de Contratações Sustentáveis, observa-se a existência de critérios relacionados ao óleo lubrificante, os quais devem constar no item de sustentabilidade do Termo de Referência, conforme texto a seguir:

- a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;
- b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;
- e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

d) Quanto à instalação de escritório da futura contratada:

Considerando a baixa complexidade da contratação em questão, não se vislumbra a necessidade da exigência de instalação de escritório pela futura contratada.

e) Quanto à participação de pessoas físicas na presente contratação pública:

Não obstante a Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021 estabeleça a possibilidade da participação de pessoas físicas nas contratações públicas, o parágrafo único do art. 4º da referida normativa prevê que:

*"Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar."*

Nesse sentido, considerando que o escopo da solução pretendida demandará da contratada, além de capital social mínimo, bem como estrutura operacional e conhecimento técnico reconhecido na área de atuação, entende esta equipe não ser viável a participação de pessoa física na presente contratação.

f) Quanto à exigência de garantia de execução contratual:

Dada a baixa complexidade da contratação pretendida, entende-se, salvo melhor juízo, que é desnecessária a referida exigência de garantia de execução contratual no caso concreto. O contrato é para fornecimento por demanda da UNIFESP, sendo o serviço pago após o uso, seguindo o contrato vigente. Adicionalmente, a exigência em questão oneraria a proposta. Desse modo, recomenda-se que não se exija a prestação de garantia contratual.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

a) Levantamento das opções de mercado e escolha da solução:

Solução 1: Controle de abastecimento por cartão com taxa de utilização.

Descrição: Constitui-se de gerenciamento de abastecimento por cartão eletrônico, possibilitando a aquisição de combustíveis em localidades distintas, o que proporciona um rigoroso controle sobre o consumo, visando à economicidade.

Solução 2: Abastecimento em terminal de auto atendimento

Descrição: O credenciamento de postos pode se tornar mais vantajoso em termos de precificação, porém, não atenderia a solução pretendida na presente contratação, que envolve não apenas o abastecimento em si, mas também a gestão do consumo de combustíveis.

Em prévia análise, observa-se que outras instituições utilizam em suas contratações formas similares à solução 1, dentre os quais se cita (SEI [3321723](#)):

- UASG 240114 - Pregão 90001/2026 - INSTITUTO NACIONAL DO SEMI-ÁRIDO CELSO FURTADO
- UASG 153031 - Pregão nº 90018/2025 - UNIFESP - Campus Baixada Santista
- UASG 153031 - Pregão nº 138/2022 - UNIFESP - Campus Diadema

Nesse sentido, das soluções apresentadas, a mais viável técnica e economicamente é a solução 1.

b) Foram consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração?

Sim, conforme citado no item acima.

c) Foram/serão realizadas audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;

Não se aplica à presente contratação.

d) Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular?

Não se aplica à presente contratação.

e) Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas?

Não se aplica à presente contratação.

f) Foi avaliado se existe no mercado relativa oferta de prestadores da contratação pretendida?

Em breve pesquisa no [Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores](#) - SICAF, por meio de consulta parametrizada de fornecedores utilizando como filtro a linha de fornecimento "Controle de Abastecimento de Veículos" (SEI [3327639](#)), verifica-se a existência de cerca de 100 empresas cadastradas na região Sudeste, sendo que somente no estado de São Paulo há 62 empresas. Nesse sentido, entende-se que há ampla oferta de fornecedores para a solução pretendida.

g) Foram avaliados os requisitos que limitam a participação, mantendo apenas os que são realmente indispensáveis?

Sim, os requisitos são apenas os indispensáveis para a contratação.

h) Existem restrições legais à oferta dos serviços/objeto no mercado?

Não foram identificadas restrições à oferta de mercado.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em relação à qualificação técnica, o licitante deverá comprovar 18 meses de experiência no segmento de gestão de frotas para a prestação de Serviços de abastecimento.

Adicionalmente, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) de no mínimo 30% da quantidade de um dos itens, considerados os de 1 a 3, quais sejam: gasolina, etanol e diesel.

A empresa contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (postos de abastecimento), devendo promover o credenciamento de outros, a pedido da contratante, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de abastecimento de combustível, sendo indispensável que, nas cidades onde há instalações de algum Campus da UNIFESP, tenhamos opções para abastecimento credenciado. Essas exigências visam dar opções à Administração Pública para avaliar preços e escolher o que melhor se adequa às necessidades desta instituição visando sempre a economicidade e eficiência.

A contratada deverá fornecer 1 (um) cartão de abastecimento para cada veículo e equipamento. Atualmente, a UNIFESP possui os seguintes veículos e equipamentos:

- PAS/Micro-ônibus – Peugeot/Boxer M330M HDI - Placa DJM-1147
- Renault - Logan Flex - Placa EEF-7530
- Pick-up S10 Cabine Dupla Colina 2.8 - Placa DJL-1862
- Van Mercedes Bens Sprinter 313CD - Placa DJL-8861
- Pick-up S10 Cabine Dupla Flex - Placa OGW-6175
- Gerador (diesel)

- Roçadeira (gasolina)

O sistema informatizado de controle da empresa deverá também possuir ferramentas de:

- Relatórios diversos;
- Gastos com abastecimentos;
- Limites de uso;
- Controles de parâmetros;
- Disponibilização de faturas e notas fiscais eletrônicas.

A contratação também deverá atender os requisitos:

- Rede ampla de postos credenciados: O deslocamento dos veículos à procura de postos credenciados gera atrasos nos serviços e custos adicionais. Assim, a licitante deverá comprovar, antes da assinatura do contrato, que possui postos credenciados e operacionalizando conforme condições estabelecidas no edital e em seus anexos.
- Adotar sistema de segurança de forma a impedir o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela contratante.
- Credenciar um representante preferencialmente domiciliado no estado de São Paulo para prestar esclarecimentos, atender possíveis reclamações e providenciar o atendimento das solicitações formuladas.
- Não credenciar e/ou descredenciar os postos de abastecimento de combustíveis que estejam penalizados pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA e CONAMA.
- Os combustíveis a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, conforme legislação em vigor.
- Os postos credenciados devem ter estampados o selo de aferição das bombas medidoras de volume de combustíveis líquidos, referente ao exercício corrente, de caráter obrigatório conforme Portaria INMETRO Nº 227 DE 26/05/2022, alterada pela Portaria INMETRO Nº 170 DE 27/03/2025.
- O sistema e o posto credenciado deverão permitir o abastecimento em formato de galões específicos para transporte e acondicionamento de combustíveis.

A contratada prestará Serviços Continuados SEM Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.

O Cartão Magnético disponibilizado pela CONTRATADA para cada veículo e equipamento da CONTRATANTE, ou outros adquiridos durante a vigência do contrato, aceito na rede de postos credenciados, deverá exigir senha para o abastecimento, contendo as seguintes informações:

- Marca do Veículo ou equipamento;
- Número do cartão;
- Tipo de combustível;
- Placa do veículo

O cartão deverá ser vinculado a tantas senhas quantas forem os servidores autorizados a conduzir o veículo específico.

A operação de abastecimento com o uso do CARTÃO DO VEÍCULO OU EQUIPAMENTO só será validada, EXCLUSIVAMENTE, após validação e identificação do condutor, bem como da senha pessoal.

É vedada a utilização do CARTÃO DE ABASTECIMENTO DO VEÍCULO OU EQUIPAMENTO como cartão de saque em dinheiro.

O bloqueio, desbloqueio e a troca de senha do Cartão Magnético deverão ser imediatos, após solicitação à CONTRATADA, ou quando forem constatados quaisquer problemas quando da execução dos serviços que possam resultar em prejuízo para a CONTRATANTE ou da própria CONTRATADA.

No caso do bloqueio efetivado pela CONTRATADA, esta deverá comunicar o fato, no prazo de 24 horas, à CONTRATANTE.

A Contratada deverá dispor, minimamente, de:

- cinco postos credenciados na cidade de São José dos Campos, sendo no mínimo dois localizados em um raio máximo de cinco quilômetros da UNIFESP - Unidade Talim - Rua Talim, nº 330, Bairro Vila Nair;
- cinco postos credenciados na cidade de São José dos Campos, sendo no mínimo dois localizados em um raio máximo de dez quilômetros da UNIFESP - Unidade Parque Tecnológico - Av. Cesare Monsueto Giulio Lattes, 1201 - Eugênio de Melo, São José dos Campos - SP, 12247-014;
- cinco postos credenciados na cidade de São Paulo, sendo no mínimo dois localizados em um raio máximo de cinco quilômetros da UNIFESP - Reitoria - Av. Sena Madureira, 1500, Bairro Vila Clementino.

Locais para a prestação de serviços

UNIFESP Campus São José dos Campos

Unidade	Endereço
Parque Tecnológico	Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 1201, Parque Tecnológico - Eugênio de Mello, São José dos Campos
Talim	Rua Talim, 330, Vila Nair, São José dos Campos
Cidade Jardim	Av. Cidade Jardim, 575, Jardim Satélite, São José dos Campos

Há necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento?

A contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações.

Os problemas apresentados na licitação e na execução das contratações anteriores foram corrigidos na presente solicitação?

De modo geral, a contratação vigente tem se demonstrado eficiente e atende as necessidades da Administração. Buscou-se nesse estudo o aperfeiçoamento da solução, com o ajuste de detalhes que visam ao aprimoramento da execução dos serviços.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

a) Incluir as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte:

Para a estimativa das quantidades a serem contratadas, inicialmente foi efetuado o levantamento do consumo do período de 2024 e 2025, conforme tabelas a seguir:

	GASOLINA 2024		GASOLINA 2025	
	QTDE (L)	VALOR (R\$)	QTDE (L)	VALOR (R\$)
jan			101,866	570,25
fev			71,12	411,64
mar	57,134	301,36	16,421	95,04
abr			105,028	607,89
maio	61,967	320,97	209,631	1.195,75
jun			42,444	237,6
jul	111,876	594,36		
ago	48,317	264,04		
set	128,624	702,9	114,035	638,36
out				
nov	67,515	382,91		
dez	61,992	347,02	111,231	643,79
TOTAL ANUAL	537,425	2913,56	771,776	4400,32
MÉDIA ANUAL	76,775		96,472	

	DIESEL 2024		DIESEL 2025	
	QTDE (L)	VALOR (R\$)	QTDE (L)	VALOR (R\$)
jan	135,516	R\$ 784,36		
fev	136,206	749,51		
mar	232,138	1.255,35		
abr			142,253	850,39
maio	130,723	706,92		
jun			138,236	813,24
jul	185,917	1.023,07		
ago	184,4	1.049,76		
set				
out	139,972	783,54		
nov	142,396	810,64	160,1	987,51
dez	415,372	2.364,66	64,361	396,98
TOTAL ANUAL	1702,64	R\$ 9.527,81	504,95	3048,12
MÉDIA ANUAL	189,1822222		126,2375	

óleo lubrificante 2024			óleo lubrificante 2025		
	QTDE (L)	VALOR (R\$)		QTDE (L)	VALOR (R\$)
jan	0	0	jan	0	0
fev	0	0	fev	0	0
mar	0	0	mar	0	0
abr	0	0	abr	0	0
maio	0	0	maio	0	0
jun	0	0	jun	0	0
jul	0	0	jul	0	0
ago	0	0	ago	0	0
set	0	0	set	0	0
out	0	0	out	0	0
nov	1	62,73	nov	0	0
dez	0	0	dez	0	0
TOTAL ANUAL	1	R\$ 62,73	TOTAL ANUAL	0	R\$ 0,00

b) Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas:

- Após realização do levantamento de consumo do período de 2024 e 2025, foi definido pela equipe que seria considerada para fins de estimativa a quantidade do ano de maior consumo. Assim, para a gasolina, foi utilizado o consumo do ano de 2025, cuja média foi de 96 litros, e para o diesel, o ano de 2024, com a média de 189 litros. Não houve consumo de etanol no período. Com relação ao óleo lubrificante, foi definido que será mantido o quantitativo de 42 litros para o período de 36 meses, mantendo a estimativa do contrato vigente.
- Para obtenção da média de consumo foram desconsiderados os meses com consumo zero.
- Em reunião da equipe com a Direção Administrativa, foi definido o que segue:
 - Acréscimo de 30% como margem de segurança aos itens gasolina, etanol e diesel.
 - Em relação ao etanol, considerando que não houve consumo registrado nos últimos dois anos, foi sugerido pela equipe e acatado pela Direção que seja igualado o quantitativo do etanol ao de gasolina.
 - Quanto ao item filtro, a Direção informou que podemos excluir dos itens da contratação.
- Após o acréscimo da margem de segurança, as quantidades consolidadas para o período de vigência contratual de 36 meses são:

Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade mensal estimada	Subtotal em 36 meses*	Quantidade estimada 36 meses com margem de segurança 30%
1	Gasolina	Litro	96	3.456	4.493
2	Etanol	Litro	96	3.456	4.493
3	Diesel	Litro	189	6.804	8.845
4	Óleo lubrificante	Litro	-	42	42

c) Utilizar informações/histórico de consumo das contratações anteriores, se houver:

O histórico consumo levantado consta neste item 6, alínea a.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

a) Elaborar planilha estimativa de Preços:

O mapa comparativo de preços constante no processo, consolidado por meio da análise crítica de preços, Documento SEI [3320431](#), foi elaborado a partir de pesquisa realizada, que utilizou os critérios estabelecidos na Instrução Normativa SEGES 65/2021, obtendo-se o valor estimado dos itens, conforme segue na planilha abaixo:

GRUPO 1						
Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade estimada 36 meses	Preço unitário estimado / litro	Taxa de administração estimada (0,00%)	Preço total estimado 36 meses
1	Gasolina Comum	Litro	4.493	R\$ 6,79	0,00%	R\$ 30.507,47
2	Etanol	Litro	4.493	R\$ 4,79	0,00%	R\$ 21.521,47
3	Diesel	Litro	8.845	R\$ 7,99	0,00%	R\$ 70.671,55
4	Óleo lubrificante	Litro	42	R\$ 63,66	0,00%	R\$ 2.673,72
						R\$ 125.374,21

b) Informar se existe normativo específico regulando limites mínimos e máximos do objeto da contratação (Ex: Portaria de valores limites para limpeza e vigilância, SINAPI etc):

Não se aplica.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento da solução. Trata-se de itens pertencentes ao mesmo segmento de mercado, qual seja a gestão de abastecimento de combustíveis, havendo ganho de escala com relação à gestão de agenda e agilidade nos casos em que houver a necessidade de atender eventualidades.

Ainda, os itens serão agrupados, de acordo com as seguintes considerações:

Foi considerado o número de licitações, o tempo dispendido e a força de trabalho necessária para licitar os itens separadamente, caso a solução proposta para a presente contratação fosse licitar em processos distintos, possivelmente haveria grande dispêndio de recursos, considerando que cada processo de licitação possui o custo aproximado de R\$ 20.374,92, conforme trecho extraído relatório de avaliação produzido pela CGU [2952389](#).

Quadro 01 – Custo referencial adotado na Contratação de Serviços de Gestão Integrada de Serviços Prediais – Facilities. Modalidade Custo Total Dispensa de Licitação R\$ 2.025,00 Convite R\$ 32.306,00 Pregão Eletrônico R\$ 20.698,00 Pregão Presencial R\$ 47.688,00 Fonte: Dado extraído do Estudo Preliminar da contratação - SEI/ME 14076151.

O documento registra ainda que aplicando-se o índice do IPCA (IBGE) para atualização do valor referente ao pregão eletrônico, de R\$ 20.698,00, até novembro de 2020, chega-se ao valor atualizado de R\$ 43.779,34. Outro parâmetro conhecido refere-se ao estudo realizado pelo Grupo Negócios Públicos, em 2018, que mensurou o custo de uma licitação em R\$ 16.172,96, que atualizado (09/2018 a 09/2022) pelo IPCA (IBGE) alcança R\$ 20.374,92.

Fonte <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1371061>

Nesta mesma linha o Tribunal de Contas da União se manifestou em 2013, por meio do Acórdão n.º 861/2013-Plenário,

É lícito o agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si Representação efetuada por empresa, com pedido de medida cautelar, apontou supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 01/2013, que tem por objeto a aquisição de mobiliário para as unidades da Advocacia-Geral da União no Rio de Janeiro. Entre os quesitos do edital impugnados, destaque-se o que estabeleceu o agrupamento dos itens de mobiliários (estações de trabalho, mesas diversas, gaveteiros, armários variados e estantes) em lotes. Argumentou a autora da representação que a licitação por lote, em que os componentes sejam “elementos díspares entre si”, afrontaria o disposto no art. 3º, caput e § 1º, da Lei 8.666/1993, c.c. art. 5º, caput e parágrafo único, do Decreto 5.450/2005, assim como a orientação contida na Súmula 247 TCU, na medida em que impediria um maior número de empresas de participar do certame, pois muitas delas seriam capazes de ofertar apenas alguns itens e não outros. A relatora, no entanto, ao endossar o exame empreendido pela unidade técnica a respeito dessa questão, considerou pertinente a justificativa de que tal medida visou à “padronização do design e do acabamento dos diversos móveis que compõem os ambientes da AGU” e objetivou “garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote e localidade, já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si”. E de que se buscou evitar o aumento do número de fornecedores, com o intuito de “preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais desconexões no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores”. Acrescentou que “lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: **“O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”**. mencionou ainda decisão do Tribunal que forneceu orientação que se ajustaria às especificidades do caso sob exame, no sentido de que “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si” - Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara. Acrescentou que houve efetiva competição no certame, que contou com a participação de quinze empresas. O Tribunal, então, por não identificar razões para a suspensão do certame, julgou improcedente a representação. Precedente mencionado: Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara. Acórdão 861/2013-Plenário, TC 006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, 10.4.2013. (Destaque nosso)

Diante das justificativas relatadas, considerando a reduzida força de trabalho disponível para atender as demandas administrativas e de funcionamento do campus e, ainda, por se tratarem de serviços pertencentes ao mesmo segmento de mercado, é econômico e eficiente que os itens sejam agrupados e a licitação seja em grupo único.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

a) Informar se a presente contratação irá demandar outros serviços complementares:

Não se aplica.

b) Caso positivo, quais medidas foram tomadas para a contratação desses serviços?

Não se aplica.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL e OUTROS (inciso IX, art. 9º, IN 58/2022)

a) A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumento de planejamento da entidade?

PGC 2026, contratação 153031-16/2026, item 264 - SEI [3231546](#).

b) A contratação está vinculada a outros instrumentos de planejamento, tais como Plano Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Trabalho aprovado por órgão colegiado (em caso de contratação de Fundação de Apoio) etc?

Não se aplica.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS / BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

A solução indicada apresenta potencialmente os seguintes benefícios:

- a) Aprimorar o controle e a conformidade sobre resultados, contratos e processos relacionados ao transporte;
- b) Proporcionar a continuidade do atendimento às demandas institucionais e relacionadas ao bem-estar de seus usuários;
- c) Ampliar e potencializar as atividades de serviço de apoio e
- d) Aprimorar o atendimento às necessidades das áreas finalísticas da instituição.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

a) Informar se a presente contratação irá demandar outros serviços, obras ou aquisição de equipamentos/materiais para adequação do ambiente, tais como adequação de infraestrutura, rede de tecnologia da informação etc:

Para atuar de forma segura na fiscalização de um contrato desta natureza recomenda-se a capacitação e atualização constante de servidores aptos a desempenhar estas atividades nesta instituição.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Não se aplica.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (inciso XIII, art. 9º, IN 58/2022)

(X) Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

ou

() Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

ou

() Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Encaminhe-se para conhecimento, análise e deliberação das Diretorias Administrativa e Acadêmica do Campus São José dos Campos, dos trabalhos realizados pela equipe de planejamento da contratação.

Ítala Farias Dias - Integrante Divisão de Serviços

Patrícia Soares Nogueira de Oliveira - Integrante administrativo - Divisão de Gestão de Materiais

Ricardo Alves Oliveira - Integrante administrativo - Divisão de Contratos (servidor em férias a partir de 13/04/2026)

15. APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A Equipe de Planejamento da UNIFESP - Campus São José dos Campos submete este Estudo Técnico Preliminar às Diretorias Administrativa e Acadêmica para aprovação ou apresentação de alterações:

(X) Aprovo.

() Aprovo mediante o atendimento das seguintes recomendações: _____.

() Não aprovo, em razão de: _____.

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta equipe de planejamento entende que:

(X) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO, nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

Debora Nunes Lisboa

Diretora Administrativa

Prof. Álvaro Luiz Fazenda

Diretor Acadêmico em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Ítala Farias Dias, Assistente em Administração**, em 13/04/2026, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Nunes Lisboa, Administradora**, em 13/04/2026, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Soares Nogueira de Oliveira, Assistente em Administração**, em 13/04/2026, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro Luiz Fazenda, Vice-Diretor (a) Acadêmico**, em 13/04/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **3329432** e o código CRC **B24C2A49**.

Rua Talim 330 - Bairro Vila Nair - São José dos Campos - SP CEP 12231-280 - <http://www.unifesp.br>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23089.002442/2026-19

SEI nº 3329432

Criado por [psn.oliveira](#), versão 6 por [psn.oliveira](#) em 13/04/2026 11:42:25.